

## DESASTRE NA SAÚDE

# Governo busca foro especial para livrar Pazuella da justiça

DANIEL CARVALHO, RICARDO DELLA COLETTA, NATÁLIA CANCIAN E GUSTAVO URIBE/FOLHAPRESS

Mesmo diante do pior momento da pandemia de Covid-19 no Brasil, o cardiologista Marcelo Queiroga só deve ser nomeado e empossado como ministro da Saúde na próxima quinta-feira, dez dias depois de ter sido anunciado pelo presidente Jair Bolsonaro como sucessor do general Eduardo Pazuello no cargo.

Governadores e parlamentares da Paraíba, estado de origem de Queiroga e que foram ouvidos pela reportagem ontem, disseram que não haviam recebido ainda convite para a posse.

A cerimônia, que já teve sua previsão adiada por duas vezes - seria na quinta-feira passada, depois, previu-se para hoje -, porém, depende da resolução de dois problemas.

É preciso que Queiroga se desligue de uma clínica da qual ele ainda consta no site da Receita Federal como sócio-administrador.

De acordo com pessoas próximas, o médico passou o fim de semana debruçado sobre o assunto, tentando resolvê-lo.

A lei 8.112, de 1990, diz que o servidor público é proibido par-

ticipar de gerência ou administração de sociedade privada.

Além disso, o governo ainda não conseguiu definir onde alojará Pazuello, quando ele deixar o comando da Saúde.

Como o jornal Folha de S.Paulo mostrou, no dia seguinte à escolha de Queiroga, Bolsonaro já discutia um cargo no Executivo como prêmio de consolação para o general, podendo conferir a ele foro especial e evitando que inquérito contra o general passasse para a primeira instância.

Atualmente, Pazuello é alvo de uma investigação no STF (Supremo Tribunal Federal) sobre uma suposta omissão para evitar o colapso de oxigênio em Manaus. Caso ele não mantenha o foro especial, o inquérito contra ele será remetido à primeira instância. A tendência é que vá para a Justiça Federal do Distrito Federal.

O recesso de assessores presidenciais é de que, em primeira instância, a análise do caso do militar possa ser tratada de maneira mais rígida, até com o risco de prisão, dependendo do magistrado que assumir a investigação.

O presidente chegou a avaliar a nomeação do militar para os comandos do Turismo ou de Minas e Energia, mas desistiu. Desde a semana passada, outra

possibilidade avaliada é a criação do Ministério Extraordinário da Amazônia, voltado para o desenvolvimento econômico da região.

A pasta acabaria esvaziando o Conselho da Amazônia, sob comando do vice-presidente Hamilton Mourão, que vive uma desgastada relação com o Bolsonaro. O ministério teria sob seu guarda-chuva a Sudam (Superintendência Desenvolvimento Amazônia), a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) e a Basa (Banco da Amazônia).

Bolsonaro, contudo, sinalizou ontem, em conversa com aliados, que a alternativa é arriscada. Isso porque a criação de uma nova pasta teria de ser feita por uma medida provisória. E, no final de semana, o Palácio do Planalto recebeu a informação de que líderes partidários não estão dispostos a referendar uma medida para beneficiar o militar.

Além disso, a iniciativa esbarra em resistências internas e das Forças Armadas. Aliados do presidente argumentam, sob reserva, que a criação de um novo ministério contraria promessa de campanha de Bolsonaro de enxugar a estrutura do governo.

Somado a isso, há quem avale que a manobra dará espaço para que partidos do centrão

pressionem por mais espaço no governo. Integrantes do grupo liderado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) já se disseram descontentes por terem suas indicações para o comando do Ministério da Saúde preteridas por Bolsonaro.

Pelo lado dos militares, o incômodo é por se manter em destaque, no primeiro escalão, um general da ativa que já causou tanto desgaste à imagem das Forças Armadas por causa da atuação do ministério no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus.

Com a dificuldade de acomodar Pazuello, e preocupado com a possibilidade de o general sofrer derrota judicial, Bolsonaro foi aconselhado a nomear o general para um posto no exterior, mesma estratégia adotada em relação ao ex-ministro da Educação Abraham Weintraub, que era alvo de inquérito também no STF.

Bolsonaro e Pazuello conversaram ontem, mas, segundo auxiliares do presidente, não se chegou a uma definição.

O inquérito contra Pazuello foi aberto pelo ministro Ricardo Lewandowski, do STF, após pedido da PGR (Procuradoria-Geral da República) para apurar se o ministro foi omisso em relação à crise sanitária de Manaus no começo de janeiro.

## DEMOCRACIA

# Falas de Bolsonaro sobre Forças Armadas incomodam militares

IGOR GIELOW/FOLHAPRESS

A nova tentativa de presidente Jair Bolsonaro de envolver as Forças Armadas na defesa de suas bandeiras está incomodando os altos escalões militares.

Oficiais-generais influentes da ativa e da reserva passaram o domingo passado e ontem conversando entre si após Bolsonaro ter sugerido o uso do Exército contra governadores de estado que aplicam medidas para reduzir a circulação de pessoas para tentar coibir a transmissão do novo coronavírus.

"Alguns tiranetes ou tiranos tolgem a liberdade de muitos de vocês. Pode ter certeza, o nosso Exército é o verde oliva e é vocês também. Contem com as Forças Armadas pela democracia e pela liberdade", disse o presidente a uma multidão aglomerada na frente do Palácio da Alvorada no domingo passado.

"Estão esticando a corda, faço qualquer coisa pelo meu povo. Esse qualquer coisa é o que está na nossa Constituição, nossa democracia e nosso direito de ir e vir", afirmou Bolsonaro, que celebrava seus 66 anos.

É um filme conhecido. Sempre que Bolsonaro se vê pressionado politicamente, ele "grita lobo", nas palavras de um oficial da Marinha. No caso, o "lobo" da fábula é algum tipo de intervenção militar.

No ensaio de crise constitucional do primeiro semestre do ano passado, quando o presidente estimulou atos golpistas que pediam o fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal, Bolsonaro arrasou consigo a cúpula militar.

O presidente levou o ministro da Defesa, Fernando Azevedo, para sobrevoar de helicóptero um desses atos. Ao mesmo tempo, as cúpulas das Forças tiveram de emitir duas notas para negar que houvesse tentações golpistas e reafirmando o compromisso com a Constituição.

Por outro lado, o mesmo Azevedo apoiou seu colega Augusto Heleno (Gabinete de Segurança Institucional), que "gritou lobo" ao divulgar nota na qual alertava para "consequências imprevisíveis" devido à tramitação de um pedido para apreensão do celular de Bolsonaro, na apuração sobre interferência do presidente na Polícia Federal.

Essa posição ambígua acabou contribuindo para a desconfiança em diversos meios políticos. Com o desanuviamento da crise, com a melhora da popularidade de Bolsonaro durante os meses em que concedeu auxílio emergencial na pandemia e com a associação com o centrão, os militares saíram do holofote.

A criticada gestão do general Eduardo Pazuello como ministro da Saúde os trouxe negativamente para a ribalta de novo, e agora Bolsonaro volta a insinuar que os militares estariam prontos para agir.

O presidente trocou sua ofensiva para barrar vacinas, em especial a Coronavac promovida pelo rival João Dória (PSDB-SP), por críticas ao isolamento social.

Com o colapso nacional do sistema de saúde neste momento agudo da pandemia, governadores estão endurecendo cada vez mais medidas. Pequenas manifestações contra os chefes estaduais e pedindo "intervenção militar com Bolsonaro no poder" reapareceram em diversos pontos do país.

Não por acaso, o presidente está em momento de grande fragilidade. Está em processo de troca de Pazuello pelo médico Marcelo Queiroga, uma transição atabalhoada que só lhe rendeu críticas.

Sua rejeição voltou ao pior patamar desde que assumiu, conforme mostrou pesquisa do Datafolha na semana passada, com especial repúdio à sua condução da crise sanitária. Mas ele mantém uma aprovação alta, de 30%.

Como a reportagem ouviu de um dirigente do centrão nesta segunda, ninguém acredita que a iniciativa de Bolsonaro de criar um comitê para lidar com a pandemia, passado um ano do seu início, irá dar algum resultado concreto.

Ele vê os esperneios do presidente junto à sua base mais radicalizada como um caminho natural, e brinca que se houvesse "dez pessoas na rua contra o Bolsonaro", o clima para um processo de impeachment no Congresso estaria dado, tal o azedume entre as forças que apoiam o governo e seu hospedeiro.

Nesse ambiente, os militares surgem como referência, e não exatamente positiva. Dois ministros do Supremo conversaram com um importante general da reserva sobre as inclinações das Forças, e ouviram que não haveria risco de apoio a qualquer iniciativa autoritária ou inconstitucional.

Segundo ele, o nó para os militares se chama hierarquia, que impossibilita críticas públicas ao governo, não menos pela simbiose que há entre Forças Armadas e a gestão Bolsonaro, por mais que a cúpula da ativa tente evitar.

O maior temor entre esses oficiais céticos em relação ao governo tomou forma na sexta-feira passada, quando Bolsonaro afirmou que poderia tomar "medidas duras" na pandemia, uma semana depois de insistir que tinha apoio do "meu Exército".

## TUCANO DE SORTE

# Furnas: a pedido da PGR, Gilmar arquiva inquérito contra Aécio

MARCELO ROCHA/FOLHAPRESS

O ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou o arquivamento de inquérito aberto para investigar o deputado Aécio Neves (PSDB-MG) por suspeita de desvios em Furnas.

Tomada na sexta-feira e divulgada ontem, a decisão atende a um pedido da PGR (Procuradoria-Geral da República), que concluiu serem insuficientes os elementos para dar continuidade ao caso.

"A apuração não reuniu até o momento suporte probatório mínimo que ampare o oferecimento de denúncia", afirmou a subprocuradora-geral Lindôra Araújo, que assina o pedido de arquivamento formulado pela PGR.

A investigação foi instaurada pela Procuradoria em 2016 a par-

tir da delação premiada do doleiro Alberto Youssef e do ex-senador Delcídio Amaral (ex-PT-MS).

Youssef e Delcídio associaram Aécio ao suposto recebimento de recursos de contratos firmados entre empresas e a estatal Furnas Centrais Elétricas.

Os pagamentos seriam feitos em troca de apoio político para indicação e manutenção de pessoas em cargos em Furnas, como Dimas Toledo, que foi diretor de engenharia de 1997 a 2005.

De acordo com Lindôra, uma série de diligências foram adotadas pela Polícia Federal "com muita profundidade" em busca de elementos para sustentar a acusação, mas não se enxerga no atual cenário outras diligências que possam ser frutíferas.

"Apesar de a narrativa dos colaboradores apontar para a prática dos crimes de corrupção passi-

va e de lavagem de dinheiro, não foi possível identificar outros elementos probatórios aptos a corroborar o que foi narrado", afirmou a subprocuradora.

Não foi o primeiro arquivamento do inquérito. Em junho de 2018, Gilmar havia ordenado essa providência "ex officio", ou seja, sem a anuência do Ministério Público. No entanto, um recurso da PGR provocou uma reviravolta.

A Segunda Turma do STF avaliou que a Procuradoria apresentou documentos, obtidos em Liechtenstein por meio de um acordo de cooperação internacional, com novas informações.

Segundo a representante da PGR, tais documentos tinham "fortes indícios" de que Aécio e familiares mantiveram contas no exterior, "possivelmente utiliza-

das para o recebimento de valores espúrios oriundos dos crimes co-

metidos em prejuízo de Furnas".

"Em que pese a comprovação de elementos informativos acerca da existência de contas bancárias de titularidade de familiares do parlamentar no exterior, não foi possível comprovar o recebimento de vantagem indevida", concluiu, agora, a PGR.

Na ocasião, a defesa de Aécio afirmou ao STF que os documentos de Liechtenstein foram objeto de "procedimento investigatório [que] já esmiuçou a questão e foi arquivado", numa referência a uma apuração que tramitou na Justiça Federal do Rio de Janeiro, e que "nada há de novo que autorize a continuidade das investigações".

Ao acolher o pedido da PGR pelo arquivamento, Gilmar afirmou que nada impede a reabertura da investigação caso novos elementos de prova surjam.

## CAMAQUÃ

## Nota

## PAÍS TEM 1.570 MORTES POR COVID E SUPERA 12 MILHÕES DE CASOS

O Brasil registrou 1.570 mortes por Covid e 55.177 casos da doença, ontem. Considerando a gravidade da situação da pandemia no Brasil, chama a atenção que os elevados números ocorrem em uma segunda, dia (junto a domingos e feriados) em que normalmente os dados são mais baixos por causa de atrasos de notificação em secretarias de saúde. Com isso, o Brasil chegou 295.685 de óbitos e a 12.051.619 pessoas infectadas desde o início da pandemia. Os dados brasileiros são os aferidos pelo consórcio de veículos de imprensa integrado por Folha de S.Paulo, UOL, G1, O Estado de S. Paulo, Extra e O Globo e coletados até as 20h com as secretarias de saúde dos estados, e os do mundo são compilados pela Universidade Johns Hopkins (EUA).

# Médica que aplicou nebulização de cloroquina será investigada

O Hospital Nossa Senhora Aparecida, de Camaquã (RS), cidade a 130 quilômetros de Porto Alegre, solicitou ontem ao Ministério Público estadual e ao Conselho Regional de Medicina (Cremers) que investiguem a conduta profissional da médica Eliane Scherer, que até semana passada atuava como intensivista na instituição.

A médica estava utilizando um procedimento experimental e sem comprovação científica em pacientes da emergência com hidroxicloroquina inalável para combater a Covid-19. O medicamento era diluído em soro fisiológico e aplicado sob a forma de nebulização. O procedimento não tem aval dos protocolos de saúde do hospital nem do fabricante do produto, o que coloca em risco a segurança dos pacientes. Segundo a assessoria jurídica do hospital, a médica "descumpria protocolos (de segurança) de forma contu-

maz", o que provocou o pedido para que fosse desligada do corpo de profissionais que atende a instituição. A médica não era funcionária do hospital, mas contratada da Promed, empresa que intermedia serviços médicos em clínicas e hospitais. Ela atuava no local desde março de 2020. Pelo contrato, deveria atuar apenas no serviço de pronto-socorro do hospital, mas estava aplicando nebulização de hidroxicloroquina em pacientes internados na UTI e nos leitos clínicos. Scherer não tinha autorização para ingressar ou atuar nesses ambientes.

"A profissional em questão tinha um histórico de muitas dificuldades no trato pessoal com a equipe. As ameaças eram frequentes", justificou o assessor jurídico do Hospital Nossa Senhora Aparecida, Maurício Rodrigues.

No dia 17, diante das denúncias, a instituição pediu à Promed

que excluísse Scherer da escala de plantões. A Promed confirmou que a médica foi substituída a pedido do hospital e que a situação de Eliane Scherer junto à empresa continua inalterada. Enfermeiros e auxiliares de enfermagem relataram que foram pressionados pela médica a aplicar as nebulizações com hidroxicloroquina, mas se negaram dizendo que não há indicação para o uso do medicamento dessa forma. Além disso, a médica não fazia a prescrição para o uso do fármaco, o que também é ilegal. A cloroquina e a hidroxicloroquina não têm eficácia comprovada para o tratamento da Covid-19. O caso foi denunciado por dois profissionais de enfermagem e por uma auxiliar. O caso ganhou repercussão depois que um vereador da cidade de Dom Feliciano, a 45 quilômetros de Camaquã, disse ter se curado da doença ao usar o método proposto por Scherer.

**COOPERATIVA DE CRÉDITO CLÁSSICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SICOOB EMPRESAS RJ.**  
CNPJ: 04.120.633.0001/94 - NIRE: 33400037502  
Sede Social: Av. das Américas, nº 3.500,  
Bloco 02, Grupo 204, Barra da Tijuca - Rio de Janeiro/RJ

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA**

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito Clássica do Estado do Rio de Janeiro - SICOOB EMPRESAS RJ, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os delegados, que nesta data são em número de 24 (vinte e quatro), em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, a realizar-se no dia 14/04/2021, às 9:00 horas, com a presença de 2/3 (dois terços) do número de delegados, em primeira convocação; às 10:00 horas, com a presença de metade mais um dos delegados, em segunda convocação; ou às 11:00 horas, com a presença de, no mínimo, 10 (dez) delegados, em terceira convocação, para deliberar sobre os seguintes assuntos que compõem a ordem do dia de cada assembleia: I - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: 1. Reforma do Estatuto Social, com destaque para: a) alteração da composição da Diretoria Executiva subordinada ao Conselho de Administração; b) alteração das competências da nova composição da Diretoria Executiva. II - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: 1. Prestação de contas do exercício de 2020, acompanhada do parecer do Conselho Fiscal e Auditoria Externa realizada pela Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa (CNAC), compreendendo: a) relatório da gestão; b) balanço do exercício social; c) demonstrativo dos resultados do exercício de 2020; 2. Destinação das sobras apuradas, deduzidas as parcelas para os fundos obrigatórios; 3. Fixação do valor das cédulas de presenças e gratificações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal; 4. Fixação do valor global para pagamento dos honorários, gratificações, remuneração variável em razão do cumprimento das metas e encargos sociais aplicáveis, dos membros da Diretoria Executiva; 5. Eleição dos membros do Conselho de Administração do SICOOB EMPRESAS; 6. Eleição dos membros do Conselho Fiscal do SICOOB EMPRESAS; 7. Outros assuntos de interesse social. A Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária ocorrerá de forma DIGITAL, por meio do aplicativo Sicoob Moob, disponível gratuitamente nas lojas virtuais Apple Store e Google Play, acessível a todos os delegados que poderão participar e votar. Essa e outras informações podem ser obtidas detalhadamente no site <http://www.sicooempresas.com.br/assembleia2021>.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2021.  
**RAFAEL SOBEIRO BARBOSA**  
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.